



INTELECTUAIS E REVOLUÇÃO CULTURAL NO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

Letícia Carneiro Aguiar¹

RESUMO

O artigo tem o objetivo de apresentar uma das questões centrais colocadas por Antonio Gramsci (1891-1937) na constituição de um processo de revolução cultural: o papel dos intelectuais. Ao expor suas idéias, Gramsci não deixa dúvidas sobre a correspondência existente entre a função social do trabalho dos intelectuais e a relação com a tarefa específica que desempenham na transformação ou reprodução da sociedade. Essa correspondência mostra que os intelectuais estão ligados às questões de classe, cultura e política, portanto comprometidos com uma visão específica do mundo que determina a natureza política do seu trabalho. A compreensão dessa questão é fundamental, haja vista o contexto atual no qual se faz hegemônico o projeto burguês de uma nova sociabilidade para o capital, que vem implementando também no Brasil reformas que objetivam à adequação da educação às exigências da ordem global, e onde se inserem políticas de formação de professores da Educação Básica que contribuem para um efetivo processo de desintelectualização do professor.

Palavras-chave: Intelectual Orgânico; Educação e Transformação Social; Cultura e Revolução; Educação e Luta de Classes.

INTELECTUAIS E REVOLUÇÃO CULTURAL NO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI

ABSTRACT

This paper aims to present one of the central questions posed by Antonio Gramsci (1891-1937) in the establishment of a cultural revolution process: the role of intellectuals. In setting out his ideas, Gramsci leaves no doubt about the correspondence between the social role of intellectuals and the relationship with the specific task they perform in the processing or reproduction of society. This correspondence shows that intellectuals are linked to issues such as class, culture and politics; therefore, committed to a specific view of the world that determines the political nature of their work. The understanding of this issue is critical, given the current context in which it the project of a new bourgeois sociability of the capital is hegemonic. Reforms which are also being implemented in Brazil aim at the adequacy of education to the global requirements, where training policies for teachers of basic education contribute to an effective process of teacher miseducation.

Keywords: Organic Intellectual; Education and Social Change; Culture and Revolution; Education and Class Struggle.

INTELECTUAL Y CULTURAL REVOLUCIÓN EN EL PENSAMIENTO DE ANTONIO GRAMSCI

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo presentar una de las cuestiones centrales planteadas por Antonio Gramsci (1891-1937) en el establecimiento de un proceso de revolución cultural: el papel de los intelectuales. Al exponer sus ideas, Gramsci no deja ninguna duda sobre la correspondencia entre la función social del trabajo intelectual y su relación con la tarea específica que desempeñan en la transformación o reproducción de la sociedad. Esta correspondencia muestra que los intelectuales están vinculados a cuestiones de clase, de la cultura y de la política, tan comprometido con una visión particular del mundo que determina el carácter político de su trabajo. La comprensión de este

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2006). Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: <leticia.aguiar@unisul.br>.



punto es crucial, dado el contexto actual en el que si hace hegemónico el proyecto burgués de una nueva sociabilidad de capital, que en Brasil también está llevando a cabo reformas que tienen el objetivan la adecuación de la educación a las exigencias de la orden global, y donde si insertan las políticas de formación de profesores de educación básica que contribuyen para efectivo proceso de desintelectualización del profesor.

Palabras clave: Intelectual Orgánico; Educación y Transformación Social; Cultura y Revolución; Educación y Lucha de Clases.

Introdução

O presente artigo tem o objetivo de apresentar uma das questões centrais consideradas por Antonio Gramsci (1891-1937) na constituição de um processo de revolução cultural: o papel dos intelectuais.

Ao expor suas idéias, Gramsci não deixa dúvidas sobre a correspondência existente entre a função social do trabalho dos intelectuais e a relação com a tarefa específica que desempenham na transformação ou reprodução da sociedade.

Essa correspondência mostra que os intelectuais estão ligados às questões de classe, cultura e política, portanto comprometidos com uma visão específica do mundo que determina a natureza política do seu trabalho.

Considera-se que a compreensão dessa questão é fundamental, justamente no contexto atual no qual as políticas públicas voltadas à formação de professores da educação básica, vêm contribuindo para um efetivo processo de desintelectualização do professor (MORAES; SOARES, 2005). A partir de Gramsci é possível repensarmos como vem sendo configurada a identidade desses cursos de formação. Suas análises constituem referencias importantíssimas para o entendimento da natureza dessa formação. Ao afirmar a questão da “natureza dessa formação”, indica-se uma preocupação em compreender qual educação está sendo proposta, que perfil de educador e para qual projeto de sociedade está sendo formado.

A revolução social: revolução cultural e hegemonia das classes subalternas

O pensamento político de Antonio Gramsci, fundado na perspectiva dialética da totalidade social indicada na formulação de Karl Marx, vem configurar no interior do marxismo um marco de referencia na análise do processo de transformação do modo de

produção capitalista. A teoria gramsciana de transformação social recupera e desenvolve a dialética entre a base econômica e a superestrutura, superando as posições reducionistas do economicismo e do voluntarismo numa concepção abrangente da transformação social como um processo que se efetiva na relação dialética do econômico e do político-ideológico.

Para Gramsci, a transformação do modo de produção não se faz apenas no econômico e pelo econômico, nem tampouco é fruto exclusivo da vontade revolucionária. A transformação é percebida como um processo global que se faz simultaneamente no terreno econômico e ideológico, e através da luta política.

É na atividade política, enquanto atividade que faz o nexo orgânico entre o econômico e o ideológico, que se desenvolve a ação transformadora das relações sociais. Assim, a revolução não ocorre espontaneamente como resultado de algum tipo de desenvolvimento autônomo das forças produtivas, nem ocorre arbitrariamente a partir da vontade de que a está dirigindo.

Na concepção de Gramsci, a revolução é um processo que vai se dando na dialética destruição/construção, ou seja, na luta política, que implica a destruição da sociedade burguesa e a construção de uma nova sociedade. A dialética destruição/construção, exige tanto uma mudança profunda da estrutura econômica e política, como também uma profunda mudança na maneira de pensar dos homens. Logo, na perspectiva gramsciana, é ilusão pensar que as classes subalternas, dispersas na multiformidade da sociedade civil, possam chegar à hegemonia só pelo simples desejo e por movimentos parciais e desarticulados, sem constituir-se no terreno sólido da produção, da criação de nova economia e na fundação de nova concepção de Estado. Ainda mais na fase inicial quando o novo grupo que se organiza passa por um período econômico-corporativo, o conteúdo da hegemonia política é prevalentemente de ordem econômica, pois trata-se de reorganizar a estrutura e as relações reais entre os homens e o mundo econômico da produção.

Para Gramsci, a vontade de mudança, os sentimentos de liberdade e os valores culturais da sociedade civil estão, de fato, vinculados à forma da economia e à organização do Estado. Por isso Gramsci se pergunta:

Pode existir reforma cultural, quer dizer elevação civil das camadas inferiores da sociedade, sem uma prévia reforma econômica e uma

mudança na organização social e no mundo econômico? Uma reforma intelectual e moral, portanto, não pode não estar ligada a um programa de reforma econômica. Pelo contrário, o programa de reforma econômica é exatamente a maneira concreta com a qual toda reforma intelectual e moral se apresenta. (GRAMSCI, 2000, p. 19)

A tese de Gramsci do exercício da hegemonia a partir da direção ideológica, no processo de reforma intelectual e moral coloca duas questões que precisam ser devidamente configuradas, para evitar interpretações equivocadas da sua concepção de hegemonia: a relação entre a transformação ideológica e a transformação econômica; a relação entre direção ideológica e direção política. Em relação à primeira questão, Gramsci categoricamente declara (na citação acima), expressando sua tese central da dialética entre o econômico e o político. Fica evidente que as transformações ideológicas não se dão independentemente das transformações econômicas e nem tampouco são uma consequência natural, direta ou espontânea delas. Assim, a hegemonia é apresentada como uma reforma intelectual e moral junto a uma transformação das relações econômicas da sociedade.

Na segunda questão, Gramsci coloca a relação entre direção ideológica e direção política como uma relação dialética: a direção intelectual e moral antes do exercício do domínio é condição para a tomada do poder, mas essa direção só se completa com a tomada do poder, uma vez que só o Estado permite a conformidade entre ideologia e sociedade. Gramsci reconhece que seria utópico propor a modificação completa da consciência de toda a classe trabalhadora antes da conquista do Estado, porque a consciência de classe como tal só se modificará quando já tenha sido modificado todo o modo de viver da classe mesma, isto é, quando o proletariado se tenha convertido em classe dominante e tenha a sua disposição o aparato de produção e de intercâmbio e o poder estatal. A hegemonia de uma classe na sociedade só existe efetivamente quando essa classe tem a direção ideológica e o domínio político, ou seja, quando tiver conquistado a sociedade civil e o Estado.

No Caderno do Cárcere 11 (GRAMSCI, 2001), Gramsci deixa muito claro que esse processo de aquisição de uma consciência crítica revolucionária exige que as classes subalternas tenham uma “organicidade de pensamento”, uma “solidez cultural”, estas possibilitadas pela presença engajada dos intelectuais.

Neste sentido, a filosofia da práxis (marxismo), como concepção superior de mundo, que "não busca manter os 'simples' na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-lo a uma concepção de vida superior" (GRAMSCI, 2001, p.103) é uma referência teórico-prática importante para trabalhar o núcleo do "bom senso" do senso comum, de modo a possibilitar a construção dessa concepção unitária e consistente; e, dessa forma, poder fazer surgir o "homem novo - o homem coletivo" aquele que tem "consciência para si", superando o "homem-massa" que "atua praticamente, mas não tem clara consciência teórica dessa ação". (GRAMSCI, 2001, p.103)

A filosofia da práxis, na perspectiva de Gramsci, é a filosofia de massa (GRAMSCI, 2001, p.116). Nele, ela adquire um sentido novo, o de ser uma filosofia que em sua concretude histórica, recebe dos movimentos de massa, suas experiências e direções, a sua razão de ser e, também, os elementos do seu desenvolvimento. Gramsci estabelece, assim, a ligação entre a consciência em transformação das grandes massas de homens e a criticidade filosófica, o que é um fato novo e revolucionário na história e é um fato que modifica as dimensões do filosofar.

Um dos argumentos básicos de António Gramsci na sua estratégia de construção hegemônica dos subalternos é o de que uma nova concepção de mundo só pode se constituir como crítica do senso comum, uma vez que "não se trata de introduzir ex-novo uma ciência na vida individual de 'todos', mas de inovar e tornar 'crítica' uma atividade já existente" (GRAMSCI, 2001, p. 101).

Os movimentos espontâneos de massa devem sempre constituir a base de todo trabalho político. É fundamental ter a experiência das massas como a referência da ação política, pois apesar de estarem imbuídos de elementos heterogêneos e da ideologia dominante, mantém algo da positiva experiência histórica das massas e conserva também um fundo de atitude crítica.

Afirma-se, então, que é preciso partir da consciência espontânea das massas, procurando dirigir essa espontaneidade, trabalhando o núcleo do "bom senso" (GRAMSCI, 2001, p.98), no sentido de formação de uma nova concepção de mundo e no desenvolvimento de uma consciência política que unifica pensamento e ação.

A construção hegemônica das classes dominadas pressupõe uma união dialética entre a direção e espontaneidade. E é concretamente nessa relação que se efetiva o

trabalho político do intelectual orgânico das classes subalternas. O intelectual é um homem político que assume um papel não apenas militante, mas também de persuasor permanente, um educador social que deve descobrir as preocupações/motivações dos grupos sociais, sentindo o fato e aprendendo a sua razão de ser, que oportuniza a apropriação de valores progressistas, dissemina a ideologia das classes populares e influencia a consciência popular.

O elemento popular "sente", mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual "sabe", mas nem sempre compreende e, menos ainda, "sente". [...] O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado [...] mesmo quando distinto e destacado do povoação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, comum a concepção de mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o 'saber'; não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais-povo. (GRAMSCI, 2001, p. 221-22).

A reforma intelectual e moral, ou, em outras palavras, a revolução cultural, confere especial importância, no pensamento gramsciano, ao papel a ser desempenhado pelos intelectuais na sua ligação com o povo, tendo em vista a reforma necessária para o estabelecimento da hegemonia desse povo enquanto classe.

Entre os intelectuais e os 'simples' deve haver a mesma unidade entre teoria e prática, ou seja, o contato entre ambos é fundamental, pois nessa interação encontra-se a base para a nova cultura. (GRAMSCI, 2001, p. 100).

A formação e o papel dos intelectuais na construção da hegemonia política e cultural de classe

Os intelectuais constituem um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais? (GRAMSCI, 2000, p.15).

A resposta de Gramsci (2000, p.15-17) a esta questão relaciona-se com o fato de que cada grupo social tem origem numa função "essencial" que deverá desempenhar no mundo da produção econômica. De acordo com essa função "essencial", cada grupo, à medida que se desenvolve, cria para si, de modo orgânico, várias categorias de intelectuais. Elabora todas as categorias necessárias para dar unidade ideológica ao grupo, consciência da

própria função, no campo econômico, social e político, e para criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe.

Para Gramsci, há dois tipos de intelectuais: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Os intelectuais orgânicos são elaborados pela própria classe no processo de sua formação e desenvolvimento, encontrando-se, portanto, vinculados aos problemas de uma classe e surgem das necessidades do desenvolvimento do mundo produtivo. Os intelectuais tradicionais² são categorias que não surgem das necessidades de desenvolvimento do mundo produtivo, logo, não se encontram vinculados aos problemas de uma classe social.

No mundo econômico, é possível perceber que, à medida que as forças produtivas se desenvolvem, surge a necessidade de criar técnicos para a indústria, cientistas, organizadores de uma nova cultura, enfim, diferentes tipos de especialistas, os intelectuais a quem são confiadas às atividades de organização das relações de produção. Assim, no campo das relações sociais de produção, todo grupo social cria seus intelectuais, em sua luta pela hegemonia cultural e política.

Nas sociedades divididas em classes sociais, as sociedades de modo de produção capitalistas, nestas se encontram uma classe dominante que se impõem sobre as demais, não apenas no mundo econômico, mas também no político cultural. Sendo detentora do poder, a classe dominante faz uso de espaços sociais – a escola, a igreja, os meios de comunicação de massa, etc. – para formar seus intelectuais orgânicos, o que não ocorreria na mesma proporção com as classes subalternas.

É preciso, no entanto, destacar que a origem social dos intelectuais orgânicos de qualquer classe não se torna fator decisivo, pois o próprio processo de formação desses intelectuais vem acompanhado de um sistema de idéias estruturalmente organizadas com o objetivo de fazer com que estes, no exercício de suas funções, saibam defender e lutar pelos interesses de classe a que estão organicamente vinculados. Nesse caso, historicamente tem sido possível observar que muitos dos intelectuais orgânicos de uma classe têm origem social na outra, ou porque são “cooptados”, ou porque são “convertidos” (fazem uma opção consciente pela mesma).

² Ao utilizar a denominação “tradicional”, Gramsci procura fazer uma crítica a toda filosofia idealista, na qual os intelectuais, pela própria concepção de realidade que possuíam, consideravam-se um grupo à parte e possuidores de relativa autonomia com relação ao mundo econômico.

Mas, é fundamental lembrar que se para as classes dominantes é fundamental que seus intelectuais saibam ocultar e justificar a realidade, a fim de manter seu *status quo*, seu *establishment*, para as classes dominadas, é tarefa primordial na luta pela sua libertação, pela conquista hegemônica, desmistificar a realidade e explicitar suas contradições.

Embora afirme que “seria possível dizer que todos os homens são intelectuais” (GRAMSCI, 2000, p. 18), porque não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual, Gramsci mostra que “nem todos os homens tem na sociedade a função de intelectuais”, e que para o exercício dessa atividade, na história da humanidade, tem se formado “categorias especializadas”. Ele deixa evidente que, nesta atividade, se trata de dirigir de modo orgânico toda a massa economicamente ativa, portanto, que o exercício de tal função ocorre através da participação ativa na vida da classe como organizador e construtor.

Mas, o processo de conquista hegemônica de uma classe, na questão do papel dos intelectuais, não implica apenas no fato de a mesma possuir intelectuais organicamente vinculados ao seu projeto de sociedade.

Segundo Gramsci (2000),

Uma das características mais marcantes de todo grupo social que se desenvolve no sentido de domínio é a sua luta pela assimilação e pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais. (GRAMSCI, 2000, p. 19).

Esta afirmação de Gramsci revela-nos uma dupla tarefa de qualquer classe que busca manter-se ou tornar-se hegemônica: criar seus próprios intelectuais orgânicos e lutar pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais.

A conquista dos intelectuais tradicionais é importante por duas razões fundamentais: por um lado esses intelectuais poderão auxiliar a classe a tomar “consciência de classe”, da sua posição em relação às demais classes sociais e orientar as suas ações práticas. Por outro, seria uma possibilidade da classe apropriar-se dos valores de cunho progressistas e de toda a ciência produzida por esses mesmos intelectuais. Seria possível afirmar, então, que esses intelectuais deixariam de possuir um caráter “tradicional” e assumiriam um caráter “orgânico” de classe? Fica a questão!

A função dos intelectuais seria, portanto, de detectar e explicitar os princípios subjacentes às concepções de mundo que se manifestam na atividade prática de classe durante sua luta pela hegemonia política e cultural. Tem a tarefa de dar homogeneidade, consciência das condições históricas, organização e direção à classe, tarefa fundamental, segundo Gramsci, quando se trata do desenvolvimento da hegemonia.

Para Gramsci, a revolução cultural implica num processo permanente, dinâmico de construção da hegemonia das classes subalternas. Movimento intencional, a revolução cultural exige disciplina e organização, mas, nem por isso é imposta, e nem teria condições para sê-lo.

Ao mesmo tempo em que Gramsci (1986) reconhece a importância da reforma intelectual e moral, ou seja, a modificação na consciência do homem, para que qualquer mudança histórica significativa possa acontecer, não ignora que esse processo depende de uma série de circunstâncias históricas. O movimento é desencadeado junto as “simples”, com eles, a partir de sua vivência, e os intelectuais organicamente vinculados ao processo, para desempenharem seu papel pedagógico precisam mergulhar no “húmus” da cultura popular. Essa expressão “húmus” caracteriza a grande contradição: é o próprio produto decomposto das bases populares – o folclore – amalgamado com detritos da ideologia dominante e com os restos da cultura erudita, que constitui a fonte geradora, de onde deverá emergir a revolução cultural.

O folclore deve ser visto

[...] como "concepção de mundo e de vida", em grande medida implícito em determinados estratos (determinados no tempo e no espaço) da sociedade, em contraposição (também no mais das vezes implícita, mecânica, objetiva) com as concepções do mundo 'oficiais' (ou, em sentido mais amplo, das partes cultas das sociedades historicamente determinadas), que se sucederam no desenvolvimento histórico. (GRAMSCI, 1986, p. 184).

Tal “concepção do mundo e de vida” é dinâmica, pois recebe continuamente novos elementos, muitas vezes desfigurados, de noções científicas e opiniões externas ao seu contexto. O folclore não deve, assim, “ser concebido como algo bizarro, mas como algo muito sério e que deve ser levado a sério” (GRAMSCI, 1986, p. 184).

Neste sentido, o intelectual orgânico não deve ter nenhuma atitude de negação ou de exclusão em relação ao folclore, mas manter diante dele uma atitude de crítica.

A partir dessa compreensão da cultura das classes subalternas, é possível visualizarmos que esta cultura não é autônoma e alternativa, como alguns “puristas” nos querem fazer crer. Gramsci analisa sua heterogeneidade, as influências das classes dominantes, a manutenção de práticas civilizatórias anteriores, e de sugestões advindas da própria condição de opressão.

Na visão de Gruppi (1980, p.88),

O que ele propõe, por conseguinte, é uma nova relação cultura-massas, intelectuais-massas; o que propõe não é uma cultura de classe, isolada em si mesma, mas sim a visão de uma nova hegemonia cultural, que se constrói na relação crítica com a cultura tradicional, com a assimilação de suas contribuições, com a conquista de novas aquisições, no quadro de uma concepção de mundo. (GRUPPI, 1980, p.88).

É assim que, para Gramsci, o movimento cultural, na busca de um caráter nacional popular, deve procurar alcançar a totalidade da nação e os estratos mais amplos do povo, encarados não como simples objetos, mas como sujeitos, dentro de uma perspectiva educacional, no sentido de formar determinada concepção de realidade. É nesse movimento, o papel dos intelectuais é crucial.

A relação intelectuais-massa deve ser uma relação de unidade, de tal forma que deve possibilitar "forjar um bloco intelectual-moral que tome politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais" (GRAMSCI, 2001, p. 103).

A exigência de uma direção que oriente o espontaneísmo das massas coloca a questão da existência de uma "elite" de intelectuais que a auxilie a se organizar, avançar na sua luta pela transformação social. A função primordial dessa elite é a de orientar as massas no seu processo interno de organização, de formação da vontade coletiva, ou seja, é dirigir, é disciplinar, é orientar sua espontaneidade para que adquiram consciência política de classe que se expressa na prática política organizada.

No entanto, essa direção orgânica das massas não pode ser realizada "segundo velhos esquemas, mas inovando, e esta inovação só pode tomar-se de massa, em seus primeiros estágios, por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já tenha se tomado, em certa medida, consciência atual coerente e sistemática, e vontade precisa e decidida" (GRAMSCI, 2001, p. 105).

Essa elite dirigente é constituída pelos intelectuais orgânicos de massa, enquanto dirigentes políticos que surgem no seio das próprias massas e numa permanente relação dialética com ela. Gramsci coloca a necessidade de serem criados intelectuais de "novo tipo".

[...] trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tomarem seus 'espartilhos'. (GRAMSCI, 2001, p. 110).

O papel dos intelectuais é sempre no sentido de orientar e ampliar o processo de luta pela transformação social da massa, nunca de anulá-lo, auxiliando-a a assumir seu papel histórico no interior da sociedade, desenvolvendo sua capacidade hegemônica.

Todo esse processo de transformação ideológica na formação de uma ideologia própria das classes subalternas como condição para a conquista do poder constitui o que Gramsci denominou de reforma intelectual e moral – que é a própria “revolução social em ato”, em processamento. Todo esse processo político de base em termos de organização, coesão e articulação de classe que se dá no interior das classes subalternas no sentido de formação de uma consciência política de classe criam as condições subjetivas para a transformação do modo de produção capitalista no processo de constituição da hegemonia dos subalternos.

A criação dessas condições subjetivas não se dá arbitrariamente. A criação de condições subjetivas implica a existência de condições objetivas, condições materiais em nível de infraestrutura. Essas condições materiais objetivas ao nível econômico, para que a revolução social se efetive, são dadas pelo próprio desenvolvimento das contradições inerentes ao capitalismo (MARX; ENGELS, 1987). Estas contradições, dentro de determinadas situações conjunturais específicas, se intensificam, se acirram produzindo momentos de crise, de tensão, que atingem as massas fazendo-as perceber/sentir concretamente a realidade em que vivem - de exploração/dominação/privação. São momentos que criam "cisões" no consenso social (crise de hegemonia!), e os antagonismos de classe surgem mais claramente forçando um enfrentamento mais direto, mais intenso entre as classes. E, nesses momentos, é fundamental que os intelectuais trabalhem o movimento espontâneo das

massas dando-lhes coesão, direção e organização.

Considerações finais

A questão do papel dos intelectuais, em Gramsci, deve ser considerada a partir de sua formação como grupo social e do relacionamento que as diversas camadas desse grupo mantêm com as classes sociais através das instituições. A diversidade de formas assumidas pelos processos históricos de formação pode ser reduzida às duas categorias de intelectuais: orgânica e tradicional.

Gramsci procura precisar a função dessas duas categorias de intelectuais, utilizando o crivo fundamental da dialética (luta de classes) e do materialismo (predominância das relações de produção sobre a ideologia), e, ao mesmo tempo, sem deixar que se perca a “autonomia relativa” das diversas instancias da superestrutura.

Vinculadas às classes “essenciais”, as categorias intelectuais sofrem elaboração decorrente do processo de luta pelo poder, das interações com os grupos tradicionais de intelectuais e especializações decorrentes das redivisões do trabalho e desenvolvimento das forças produtivas.

Na opinião de Macciocchi (1980),

Gramsci acredita que os intelectuais podem ser arrancados ao ‘bloco reacionário’ no momento de sua desagregação, ou mesmo antes dela, e que eles podem tornar-se ‘intelectuais orgânicos’ do proletariado no momento em que a nova classe revolucionária assumir a função dirigente, em todo setor da sociedade civil e política. (MACCIOCCHI, 1980).

Tão importantes quanto os aspectos estruturais e genéticos que distinguem os intelectuais enquanto grupo social é, no mundo contemporâneo, a escola, o instrumento de formação de intelectuais em diversos níveis. (GRAMSCI, 2000, p. 19)

“A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização” (GRAMSCI, 2000, p. 19). A escola deve abolir a característica “desinteressada” e “formativa”, se tornando inicialmente única de cultura geral, e depois com tendências para a atividade prática de cada um, deixando também de pertencer a

privilegiados, passando a qualquer um, pois “o problema da educação dos proletários é um problema de liberdade. Para os proletariados é um dever não serem ignorantes”. A cultura deve levar as massas a compreender os seus maiores problemas e os da ciência, não “vulgarizando o saber”, mas lutando contra a ignorância na qual o capitalismo mantém a classe proletária. É a revolução cultural!

É interessante observar que, em função do papel organizador e dirigente dos intelectuais orgânicos e da função da escola na formação dos intelectuais e organização social, é que Gramsci, longe de propor uma “autonomia universitária” – como próprio de quem só vê a realidade hipostasiada da cultura, isto é, do reduto de intelectuais tradicionais -, propõe colocar o ensino do lado das forças produtivas.

E é no terreno contraditório de luta hegemônica das classes entre si, que surgem os professores como categoria de intelectuais, cabendo-lhes organizar cientificamente o processo de formação de especialistas para atender às demandas não só na esfera econômica, mas também ao nível das superestruturas. Sendo assim, no processo de construção hegemônica das classes subalternas, conceber os professores como intelectuais orgânicos, de acordo com as definições de Gramsci, significa esperar que os mesmos realizem o seu trabalho não só visando instruir as massas para que entrem no mundo produtivo, mas que realizem, com elas, uma prática de interpretação da realidade. Essa prática, que implica na conquista da compreensão da gênese, do desenvolvimento e das contradições dos movimentos sociais, possibilitará situá-los como seres humanos, no contexto histórico global; bem como, de fazerem a descoberta dos mecanismos de resistência utilizados pelos subalternos na sua luta pela hegemonia e de construção de um novo projeto histórico, avaliando e tirando lições que auxiliem na construção de caminhos adequados à realidade na qual vivem. Acredito que práticas dessa natureza teriam, dentre outros, o mérito de enfatizar o aspecto político do trabalho pedagógico, dando-lhe uma direção consciente, na perspectiva de auxiliar o povo a tomar em suas mãos o destino de sua própria história.

Trata-se assim, para Gramsci, de encontrar as mediações na relação entre os intelectuais e o modo de produção, entre estrutura e superestrutura, entre mundo econômico e mundo político-cultural. E essa é uma questão fundamental, a ser devidamente aprofundada, para quem quer compreender as políticas públicas de formação

de professores – uma categoria de intelectual orgânico -, pois que transcendem “sua esfera específica” e adquirem sentido a partir do “entendimento do significado do projeto econômico-social do Estado (no sentido gramsciano) como um todo e as contradições gerais do momento histórico em questão” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2000, p. 9).

Enfim, é possível afirmar, sem sombra de dúvida, que a revolução cultural proposta por Gramsci, o distingue como teórico das possibilidades e estrategista dos meios pelos quais, mesmo em situações adversas, onde impera a dominação/exploração, um movimento revolucionário pode ser preparado e ganhar corpo.

Aos educadores, às instituições universitárias (*locus* de formação intelectual) competem, longe do imobilismo justificado pela existência de uma determinada ordem social adversa, contribuir, interagindo na vida cultural e política, procurando construir um vínculo orgânico com o povo ou “os de baixo”, como afirmava Florestan Fernandes, na busca de uma transformação democrática e humanista, estes no conceito gramsciano de cultura e de sociedade.

Referências

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 2.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.

_____. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1080, 88 p..

MACCIOCCHI, M.A. **A favor de Gramsci**. Tradução de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; SOARES, Kátia Cristina Dambiski. Cenas empobrecidas do conhecimento e do trabalho docentes. **Educação**, Porto Alegre, v. 56, n.2, p. 265-281, maio/ago. 2005.

SHIROMA, E. O; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 9.

RECEBIDO EM 25 DE SETEMBRO DE 2013.

APROVADO EM 20 DE NOVEMBRO DE 2013.